



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682632 - MG (2021/0234035-2)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DEISE MIRIANI DO CARMO SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DEISE MIRIANI DO CARMO SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Agravado em Execução Penal n. 1.0000.21.044218-2/001).

A paciente encontra-se em cumprimento de pena, em razão de condenação pela prática do delito previsto no art. 155, §4º, incisos II e IV, do Código Penal (2 anos de reclusão, substituída por duas penas restritivas de direitos: prestação de serviços à comunidade e pena pecuniária).

Sustentam as impetrantes que, após a suspensão da obrigação de prestação de serviços à comunidade, em razão da pandemia de covid-19 (Portaria nº 004/2020 da VEP/JF/2020), deve ser considerada como pena cumprida as horas referentes ao período de suspensão das atividades, com vistas à extinção da respectiva execução.

Aduzem que o acórdão recorrido, ao não considerar esse lapso temporal como pena cumprida, incorreu em constrangimento ilegal, infringindo a Orientação Técnica s/n de 27 de abril de 2020 (CNJ) e a Nota Técnica n. 02/2020 do Conselho Nacional do Ministério Público, que indicam o cômputo do período de suspensão.

Argumentam que a remição da pena na modalidade ficta deve ser aplicada ao caso, em respeito ao art. 126, §4º, da Lei de Execução Penal.

Requerem, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado até o final do julgamento do mérito da presente impetração. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja cassado o acórdão impugnado e declarada a remição da pena em sua modalidade ficta e a extinção da punibilidade da paciente por seu integral cumprimento, com a expedição do competente alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para negar a remição ficta ora pleiteada, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida. Confira-se (e-STJ fls. 283/286):

[...]

Cinge-se a controvérsia em verificar se há previsão legal de computar o período da pandemia da COVID-19, como efetivo cumprimento da pena de prestação de serviços à comunidade em favor da agravada.

Pois bem.

Atuando na função de custos legis, a douta Procuradoria-Geral de Justiça, em judiciosa peça (evento/ordem nº 77), na qual opinou pelo provimento do recurso ministerial, abordou à exaustão o tema objeto do agravo em execução penal, pelo que peço vênia para transcrever seu judicioso parecer:

“(…)

No caso em tela, a agravada Deise Mairiani do Carmo foi condenada pela prática do crime previsto no art. 155, §4º, II e IV do Código Penal, à pena de 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, substituída por duas restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária –Vide cópia da Sentença, seq. 03, ID nº 138935765.

Ao que consta, a sentenciada se encontrava em regular cumprimento de sua reprimenda, já tendo prestado 451 (quatrocentos e cinquenta e uma) horas de serviços à comunidade, remanescendo 180 (cento e oitenta) horas, quando, então, as atividades da CEAP foram interrompidas, em razão da propagação epidêmica do COVID-19 (conforme Ofício nº 948/2020, seq. 58, ID nº 138935820).

Da análise, entendo não revestir a r. decisão de bons e legais fundamentos, a saber que: Conforme se constata, na decisão, considerou-se como cumprida a pena de prestação de serviços à comunidade imposta ao apenado, quando, na realidade, esteve suspenso o seu cumprimento por razões de ordem sanitária, pelo evento da pandemia mundial advinda do Covid 19.

De outro lado, sabendo-se que a prestação de serviços à comunidade, constituiu-se na conversão da pena corporal aplicada, correto, nos parece, que sua expiação, pelo seu próprio caráter e natureza, deva adimplir-se com seu efetivo cumprimento, o que, de fato, não ocorreu no caso em tela.

Não se pode desprezar o fato de que a pena restritiva de direitos, ainda que possua caráter despenalizador, constitui verdadeira sanção penal, e, como tal, objetiva a reprovação e prevenção do crime. Os interesses pessoais do apenado são relevantes, mas não podem se sobrepor aos da sociedade, que tem a seu crédito, a reparação e reprovação do

crime.

Outrossim, a Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça -CNJ, em nenhum momento, autorizou o cômputo do período da pandemia da COVID-19, como efetivo cumprimento da pena de prestação de serviços à comunidade, mas, ao contrário, apenas orientou aos magistrados que “com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:”

V –suspensão temporária do dever de apresentação regular em juízo das pessoas em cumprimento de pena no regime aberto, prisão domiciliar, penas restritivas de direitos, suspensão da execução da pena (sursis) e livramento condicional, pelo prazo de noventa dias; Neste sentido, entendo que deva ser reformada a decisão recorrida, de modo que seja suspensa a execução da pena de prestação de serviços à comunidade pelo agravado, resguardando-se, assim, a saúde do apenado e, ainda, os interesses sociais, consubstanciados nas finalidades ressocializadora e retributiva da pena. (...).”

Com efeito, não é necessário mais do que foi dito, sob pena de pedante tautologia, pelo que acolho o parecer ministerial, certo de que a remissão aos seus fundamentos satisfaz a exigência constitucional do art. 93, IX, da Carta Magna.

[...]

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência